

STJ00100011

SERGIO PINTO MARTINS

FUNDAMENTOS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

18ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATUAL S.A. - 2013

© 2000 by Editora Atlas S.A.

13. ed. 2010; 14. ed. 2011; 15. ed. 2012; 16. ed. 2013;
17. ed. 2014; 18. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins, Sergio Pinto
Fundamentos de direito processual do trabalho /
Sergio Pinto Martins. – 18. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-9374-6

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho – Brasil 3. Direito
processual do trabalho – Brasil I. Título. II. Série.

00-0812
CDU-347.9:331(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo trabalhista : Direito do trabalho 347.9:331(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br



Sumário

- 1 Evolução Histórica do Processo do Trabalho, 1**
 - 1.1 Introdução, 1
 - 1.2 Brasil, 1

- 2 Conceito e Princípios, 3**
 - 2.1 Conceito, 3
 - 2.2 Princípios, 3

- 3 Formas de Solução dos Conflitos Trabalhistas, 5**
 - 3.1 Autodefesa, 5
 - 3.2 Autocomposição, 5
 - 3.3 Heterocomposição, 5
 - 3.3.1 Mediação, 6
 - 3.3.1.1 Comissões de Conciliação Prévia, 6
 - 3.3.2 Arbitragem, 7
 - 3.3.3 Jurisdição, 8

- 4 Organização da Justiça do Trabalho, 9**
 - 4.1 Introdução, 9
 - 4.2 Tribunal Superior do Trabalho, 9
 - 4.3 Tribunais Regionais do Trabalho, 10
 - 4.4 Varas do Trabalho, 12
 - 4.5 Secretaria, 13
 - 4.6 Oficiais de justiça, 13

5 Competência da Justiça do Trabalho, 15

- 5.1 Introdução, 15
- 5.2 Competência em razão da matéria, 15
 - 5.2.1 Contratos de empreitada, 15
 - 5.2.2 Competência normativa, 16
 - 5.2.3 Outras ações, 16
- 5.3 Competência em razão das pessoas, 17
 - 5.3.1 Funcionários públicos, 18
 - 5.3.2 Entes de direito público externo, 18
- 5.4 Competência em razão do lugar, 19
 - 5.4.1 Local da prestação de serviços, 19
 - 5.4.2 Empregados viajantes, 19
 - 5.4.3 Empregados brasileiros que trabalham no exterior, 19
 - 5.4.4 Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato, 19
- 5.5 Competência em dissídios coletivos, 19
- 5.6 Prorrogação da competência em razão do lugar, 20
- 5.7 Foro de eleição, 20
- 5.8 Juiz de direito, 20
- 5.9 Ministério Público do Trabalho, 20
- 5.10 Conflitos de competência, 21

6 Atos, Termos e Prazos Processuais, 23**7 Nulidades, 25****8 Partes, Representação, Procuradores e Terceiros, 27**

- 8.1 Denominação, 27
- 8.2 Representação, 27
- 8.3 *Ius postulandi*, 28
- 8.4 Assistência judiciária, 30
- 8.5 Substituição processual, 30
- 8.6 Intervenção de terceiros, 31
 - 8.6.1 Assistência, 31
 - 8.6.2 Oposição, 31
 - 8.6.3 Nomeação à autoria, 31
 - 8.6.4 Denúnciação da lide, 32
 - 8.6.5 Chamamento ao processo, 32

9 Ação Trabalhista, 33

- 9.1 Petição inicial, 33
- 9.2 Indeferimento da petição inicial, 34
- 9.3 Inépcia da inicial, 34
- 9.4 Modificações à postulação inicial, 34

10 Distribuição, 37**11 Audiência, 39****12 Resposta do Réu, 43**

12.1 Introdução, 43

12.2 Exceções, 43

12.2.1 Impedimento, 44

12.2.2 Suspeição, 44

12.2.2.1 Procedimentos comuns à exceção de impedimento e
suspeição, 45

12.2.3 Incompetência, 45

12.3 Contestação, 45

12.3.1 Preliminares, 45

12.3.2 Preliminares de mérito, 46

12.3.2.1 Prescrição, 46

12.3.2.2 Decadência, 46

12.3.2.3 Compensação, 46

12.3.2.4 Retenção, 47

12.3.3 Defesa de mérito, 47

12.4 Reconvenção, 47

13 Das Provas, 49

13.1 Introdução, 49

13.2 Ônus da prova, 49

13.3 Meios de prova, 50

13.3.1 Introdução, 50

13.3.2 Depoimento pessoal, 50

13.3.3 Documentos, 51

13.3.4 Testemunhas, 53

13.3.5 Perícia, 54

13.3.6 Inspeção judicial, 55

13.3.7 Usos e costumes, 56

14 Procedimento Sumaríssimo, 57**15 Sentença, 59**

15.1 Votação, 59

15.2 Definições, 59

15.3 Classificação das sentenças, 59

15.4 Efeitos, 60

15.5 Estrutura da sentença, 60

15.6 Custas, 61

- 15.7 Honorários advocatícios, 61
- 15.8 Publicação da sentença, 62
- 15.9 Erros, 62
- 15.10 Duplo grau de jurisdição, 62

16 Recursos, 65

- 16.1 Introdução, 65
- 16.2 Regras gerais, 66
- 16.3 Pressupostos, 66
- 16.4 Recurso ordinário, 69
- 16.5 Recurso de revista, 71
- 16.6 Embargos, 76
- 16.7 Agravo de petição, 78
- 16.8 Agravo de instrumento, 78
- 16.9 Agravo regimental, 79
- 16.10 Recurso extraordinário, 80
- 16.11 Recurso adesivo, 81
- 16.12 Correição parcial, 81
- 16.13 Embargos de declaração, 82

17 Procedimentos Especiais, 85

- 17.1 Inquérito para apuração de falta grave, 85
- 17.2 Ação rescisória, 86
- 17.3 Mandado de segurança, 92
- 17.4 Ação de consignação em pagamento, 93
 - 17.4.1 Consignação extrajudicial, 93
 - 17.4.2 Consignação em pagamento, 94
- 17.5 Prestação de contas, 94
- 17.6 Habilitação incidente, 95
- 17.7 Restauração de autos, 96
- 17.8 *Habeas corpus*, 97
- 17.9 Tutela antecipada, 97
- 17.10 Tutela específica de obrigação de fazer ou não fazer, 104
- 17.11 Ação monitória, 109
- 17.12 Ação civil pública, 110
- 17.13 Ação anulatória de cláusulas convencionais, 111
- 17.14 *Habeas data*, 112

18 Medidas Cautelares, 113

- 18.1 Introdução, 113
- 18.2 Contestação, 114
- 18.3 Cessaçãõ da medida, 115
- 18.4 Sentença, 115

- 18.5 Prejuízos, 115
- 18.6 Transferência de empregados, 115
- 18.7 Medidas cautelares específicas, 116
 - 18.7.1 Arresto, 116
 - 18.7.2 Sequestro, 117
 - 18.7.3 Produção antecipada de provas, 118
 - 18.7.4 Exibição, 119
 - 18.7.5 Justificação, 122
 - 18.7.6 Protestos, notificações e interpelações, 123
 - 18.7.7 Atentado, 123
 - 18.7.8 Caução, 124
 - 18.7.9 Outros procedimentos, 125
- 18.8 Medidas cautelares nos tribunais, 126

- 19 Dissídios Coletivos, 127**
 - 19.1 Conceito, 127
 - 19.2 Distinção, 127
 - 19.3 Classificação, 127
 - 19.4 Competência, 128
 - 19.5 Limites do poder normativo, 128
 - 19.6 Natureza jurídica da sentença normativa, 129
 - 19.7 Condição da ação, 129
 - 19.8 Quórum da assembleia sindical, 129
 - 19.9 Prazo para instauração, 129
 - 19.10 Instauração de ofício, 129
 - 19.11 Legitimidade ativa, 130
 - 19.12 Partes, 130
 - 19.13 Requisitos, 130
 - 19.14 Procedimentos, 131
 - 19.15 Contestação, 132
 - 19.16 Instrução, 132
 - 19.17 Sentença, 132
 - 19.18 Início da vigência, 133
 - 19.19 Prazo de vigência, 134
 - 19.20 Extensão da sentença normativa, 134
 - 19.21 Revisão, 135
 - 19.22 Dissídio coletivo de funcionário público, 135
 - 19.23 Ação de cumprimento, 136

- 20 Liquidação de Sentença, 137**
 - 20.1 Introdução, 137
 - 20.2 Arbitramento, 138
 - 20.3 Artigos, 138

- 20.4 Cálculos, 138
- 20.5 Sentença de liquidação, 139

21 Execução, 141

- 21.1 Introdução, 141
- 21.2 Lei de execução fiscal, 142
- 21.3 Atos atentatórios à dignidade da justiça, 142
- 21.4 Formas de execução, 143
- 21.5 Execução provisória, 143
- 21.6 Legitimidade ativa, 144
- 21.7 Legitimidade passiva, 144
- 21.8 Objeto, 145
- 21.9 Execução contra devedor insolvente, 145
- 21.10 Execução para entrega de coisa, 145
- 21.11 Execução de obrigação de fazer e não fazer, 146
- 21.12 Execução por prestações sucessivas, 146
- 21.13 Execução por quantia certa contra devedor solvente, 146
- 21.14 Nomeação de bens à penhora, 147
- 21.15 Penhora, 147
- 21.16 Bens penhoráveis e impenhoráveis, 148
- 21.17 Penhora de estabelecimento, 149
- 21.18 Segunda penhora, 149
- 21.19 Execução contra a Fazenda Pública, 149
- 21.20 Execução de contribuição previdenciária, 152
- 21.21 Embargos à execução, 153
- 21.22 Impugnação à sentença, 155
- 21.23 Embargos de terceiro, 155
- 21.24 Praça e leilão, 156
- 21.25 Arrematação, 156
- 21.26 Adjudicação, 157
- 21.27 Remição, 157
- 21.28 Embargos à arrematação e à adjudicação, 157
- 21.29 Suspensão e extinção da execução, 157

Bibliografia, 161

Índice remissivo, 163